



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 73/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10008/2012.

Apensos: Processos nºs 10082/2012, 10063/2012, 10056/2012, 10073/2012, 10095/2012, 12237/2014, 12236/2014 e 12225/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, Prefeito do Município de Itacoatiara à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 281/2014 (fls. 4816/4817) e DICAMI – Informação nº 953/2014 (fl. 4822).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 139/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 4834/4835).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO pela **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Itacoatiara, referente ao exercício de 2011, Gestão do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 73/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 93923DB2-959E12B0-6E487AE4-3E07039C



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 73/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 10008/2012.

Apenso: Processos nºs 10082/2012, 10063/2012, 10056/2012, 10073/2012, 10095/2012, 12237/2014, 12236/2014 e 12225/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, Prefeito do Município de Itacoatiara à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 281/2014 (fls. 4816/4817) e DICAMI – Informação nº 953/2014 (fl. 4822).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 139/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 4834/4835).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2011.

Contas Irregulares. Glosa. Multas. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Comunicação à Secretaria da Receita Federal. Determinação à origem e a próxima Comissão de Inspeção. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- À unanimidade:

9.1.1 - Julgar pela Irregularidade das Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, referente ao exercício de 2011, tendo como responsável o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas.

9.1.2- Glosar o montante de R\$ 251.666,91 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos), em alcance do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, pelos seguintes débitos detectados:

a) no valor de **R\$ 69.329,11**(sessenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e onze centavos), concernente à ausência de prestação de contas, referente à Ajuda de Custo em favor do Penarol Futebol Clube, tendo em vista que houve somente a remessa de recibos, sem nenhuma nota fiscal e/ou autorização da despesa



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 73/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

mediante lei específica, conforme preceitua a Lei de Diretrizes Orçamentárias, item 27, do Relatório/Voto;

b) no valor de **R\$ 20.401,78** (vinte mil, quatrocentos e um reais e setenta e oitos centavos) referente a título de multa e juros moratórios, pagos, indevidamente, à empresa Rio Claro Trust de Recebíveis, item 29, do Relatório/Voto;

c) no valor de **R\$ 31.206,00** (trinta e um mil e duzentos e seis reais), referente à hospedagem (R\$ 16.835,00) e consumo de hóspedes não previsto em contrato (R\$ 14.371,00), que geraram injustificado dano ao erário, item 31.1 a 31.4, do Relatório/Voto;

d) no valor de **R\$ 17.500,00** (dezessete mil e quinhentos reais), concernente ao pagamento da Nota de Empenho nº 693/2011, sem processo licitatório, de dispensa ou inexigibilidade, bem como não houve prestação de contas dos recursos concedidos, item 32, do Relatório/Voto;

e) no valor de **R\$ 102.808,49** (cento e dois mil, oitocentos e oito reais e quarenta e nove centavos), referente ao sobre preço detectado pela DICAMI nos itens adquiridos através do Pregão Presencial nº 016/2011, item 36, do Relatório/Voto;

f) no valor de **R\$ 10.421,53** (dez mil, quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e três centavos), referente aos itens 8.4 e 9.7 (piso cimentado e pintura novacor), da planilha orçamentária+30% do BDI, tendo em vista a má qualidade do piso cimentado, item 52, do Relatório/Voto.

9.1.3 - Multar o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, Prefeito e Ordenador de Despesas:

a) No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela **inobservância** de prazo legal, referente aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres), contrariando o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), item 19 do Relatório/Voto;

b) No valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela inobservância de prazo legal, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre, item 20 do Relatório/Voto;

c) No valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e oito centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25.1 a 25.29, 26, 27, 28, 29, 30, 31.1 a 31.4, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38.1.1 a 38.1.3, 38.2, 38.3, 38.4 a 38.6, 39.1.1, 39.1.2, 39.1.3, 40.1, 40.1.1, 41.1, 41.2, 41.3, 41.4, 41.5, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, e 58, do Relatório/Voto.

9.1.4 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o responsável, Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 73/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.1.5 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o responsável, Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, recolha os valores dos débitos que lhe foram imputados aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.6 - Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.1.7- Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que o Prefeito do Município de Itacoatiara não está retendo e, conseqüentemente recolhendo ao INSS o desconto devido de alguns servidores daquele Município;

9.1.8 - Determinar à origem que:

a) implemente setor de controle centralizado de toda a arrecadação da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, de modo a facilitar os controles interno e externo, item 9, do Relatório/Voto;

b) proceda à revisão da Lei Municipal nº 20/2002, nos termos da Constituição Federal de 1988, item 14, do Relatório/Voto;

c) suspenda o pagamento da gratificação de produtividade até que o Poder Executivo Local regulamente o art. 67, caput da Lei nº 078/2006, itens 38.1.1 a 38.1.3, 39.1.1 a 39.1.3, 40.1, 40.1.1, Relatório/Voto;

d) a remuneração dos médicos citados no item 38.2, Relatório/Voto, observe o previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal/1988;

e) informe a este Tribunal se ainda persiste a acumulação ilegal de cargos, caso positivo, determino a cessação de todo e qualquer eventual pagamento resultante do ato que ainda perdure, haja vista restarem ausentes quaisquer documentos que confirmem o término do respectivo vínculo contratual, itens 38.4 a 38.6, do Relatório/Voto;

f) se ainda houverem servidores contratados em 2005, uma vez que a prorrogação findou em 2011, que os mesmos sejam desligados de seus cargos, itens 41.1 e 41.2, do Relatório/Voto;

g) crie órgão de controle interno para dar cumprimento às normas contidas no art. 74, da CF/88 c/c o art. 39, da CE/89, bem como o inciso III, do art. 10 da Lei nº 2.423/96/TCE-AM, item 45, do Relatório/Voto;

9.1.9- Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique se, de fato, foi cumprido o “item g” das determinações acima, referente à criação de órgão de controle interno;

9.1.10- Recomendar à origem que:

a) cumpra os ditames da Constituição Estadual e publique as leis e os atos administrativos no Diário Oficial do Estado, a fim de conceder ampla divulgação dos seus atos, item 10, do Relatório/Voto;

b) adote as medidas legais cabíveis para sancionar as empresas que tenham infringido os dispositivos legais e contratuais, item 11, do Relatório/Voto;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 73/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 73/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

c) tenha mais cautela quando da elaboração do contrato/extrato a fim de evitar novos erros de digitação, itens 12 e 13, do Relatório/Voto;

d) observe com mais rigor a inserção de dados no Sistema GEFIS, evitando, assim, a remessa de informações incompletas ou errôneas, itens 22 e 23, do Relatório/Voto;

e) evite a fragmentação das despesas, caracterizadas por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização de serviços de mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II do art. 24, da Lei nº 8.666/93, itens 33, 34 e 35, do Relatório/Voto;

f) reporte, por escrito, as dificuldades que encontre para alimentar o Sistema SAP, a DCAP e a DTIN, a fim de discutir uma solução para que não mais ocorram falhas da natureza, constante do item 43, do Relatório/Voto.

9.2 – Por maioria, Multar o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, Prefeito e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (10 meses), totalizando o montante de **R\$ 10.960,30** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), item 15 do Relatório/Voto.

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julião Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral